Aviso de

DISPENSA ELETRÔNICA

49/2026

FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamento de proteção individual (EPIs) para ser utilizada pelos funcionários e colaboradores em atividades rotineiras operacionais da Fundação José Pedro de Oliveira.

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 17/11/2026 às 8h
Até 23/11/2026 às 8h

PERÍODO DE LANCES

De 23/11/2026 às 8h
Até 23/11/2026 às 14h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 49/2026
(Processo Administrativo n.° FJPO.2026.00000272-20)

Torna-se público que a Fundação José Pedro de Oliveira, por meio do(a) Setor de Compras e Licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor valor**,** na hipótese do art. 75, inciso **II**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável.

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamento de proteção individual (EPIs) para ser utilizada pelos funcionários e colaboradores em atividades rotineiras operacionais da Fundação José Pedro de Oliveira.

1.2. A contratação contem 7 itens, conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	CÓDIGO
1	Óculos Óculos de segurança confeccionado em lente de policarbonato Anti-embaçante; Incolor; Proteção contra raios UVA e UVB; Curvatura 75mm; Borracha macia para apoio do nariz; Com CA.	30	618293
2	Macacão de PVC do tipo "jardineira", resistente, 100% impermeável e destinado à trabalho dentro d'água. Espessura mínima: 0,45mm; com bota incorporada e suspensório com ajuste de tamanho e engate rápido; com ajuste com cordão no peito, bolso interno no peito. **Tamanhos conforme termo de referência**.	10	445985
3	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; modelo: unissex; sem fechamento; cano longo, com medida aproximada de 34 cm; atendendo exigência de seguranca conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada. **Tamanhos conforme termo de referência**.	16	618295
4	Bota de segurança - sapatão, couro Relax, unissex, preta - Especificação Técnica: Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Tipo Relax Curtido Ao Cromo Vazado Na Cor Preto ; Cor Preta ; Modelo Unissex ; Fechamento Através de Elástico Na Parte Externa E interna do Cano ; Cano Curto ; Solado Em Poliuretano Bi densidade ; Solado Injetado Direto No Cabedal ; Palmilha de Montagem Em Fibra Não Tecido 2 Mm Espessura, Fixado No Cabedal Pelo Sistema Strobel ; Com Palmilha Higiênica ; Biqueira Em Composite ; Atendendo Exigência de Segurança Conforme Nbr Iso 20345 e Nbr Iso 20346. **Tamanhos conforme termo de referência**.	17	605160

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

5	Luva de pigmento de borracha, com CA válido, validade mínima de 1 ano, confeccionada em 3 fios de algodão e poliéster, tricotada, punho com elástico e pigmentos de PVC antiderrapantes na palma e na face palmar dos dedos, na cor branca ou preta	100	618292
6	Luva de segurança confeccionada em couro bovino tipo raspa, modelo petroleira, com reforço interno na palma e reforço externo entre os dedos polegar e indicador, elástico no dorso e acabamento em material têxtil na borda do punho, com Certificado de Aprovação (CA) válido. Validade mínima de 1 ano.	50	625429
7	Perneira de segurança confeccionada em material resistente, com fechamento em velcro, contendo 3 talas de proteção, destinada à proteção das pernas contra riscos mecânicos, com Certificado de Aprovação (CA) válido.	30	447115

1.2.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

1.1.a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

1.1.b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

1.1.c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.1.d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.1.e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

1.1.f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada,

desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. *sociedades cooperativas.*

2.2.5.1. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

2.2.5.2. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. **Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. **A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência , assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição** .

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável.

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta será estabelecido no sistema.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **30 (trinta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável;

5.5.6. cujo vencedor, chamado para enviar anexos, com prazo definido pela FJPO, manter-se inerte ou juntar anexo incompatível com o objeto pretendido.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa,mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências
Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de **03 meses** prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1.a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.b) Multa de 0,5 % (meio por cento) a 30 % (trinta por cento), a depender da gravidade da conduta, sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

1.c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2.as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. **8.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Irregularidade – PAI.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAI não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

Campinas, 16 de novembro de 2026.

João Batista Meira

Diretor do Departamento Administrativo, Financeiro e Supervisão Geral

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais **ou** municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamento de proteção individual (EPIs) para ser utilizada pelos funcionários e colaboradores em atividades rotineiras operacionais da Fundação José Pedro de Oliveira;

1.2. Os materiais deverão seguir as descrições listadas no item 5.8;

1.3. A empresa contratada deverá realizar o transporte adequando dos materiais, preservando a sua integridade e características;

1.5. A empresa contratada deverá entregar os materiais na sede da FJPO, frete deverá estar incluso no preço, situada na rua Mata Atlântica, 447, Bosque de Barão Geraldo, Campinas/SP, no horário comercial de segunda-feira a sexta-feira das 9h às 16h30.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se da aquisição de equipamento de proteção individual, como óculos de segunça, macacão de PVC tipo jardinheira, botas de PVC, botas se segurança em couro Relax, luvas de couro, luva de pigmento borracha e perneira de segurança. Todos os EPIs serão utilizados em atividades rotineiras e operacionais pelos funcionários e colaboradores na sede da Fundação José Pedro de Oliveira.

2.2. A Área de Relevante Interesse Ecológico Mata de Santa Genebra é uma Unidade de Conservação que recebe diversos visitantes semanalmente e apresenta diversos projetos de restauração florestal, além de ações de prevenção a incêndios florestais. Desta forma, é necessário que sejam realizadas manutenção constante nas imediações da A.R.I.E. como podas de árvores, manutenção de trilhas, aceiros, plantios, jardins e riacho. Para que essas atividades rotineiras aconteçam com a frequência necessária, se faz essecial a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para garantir a segurança dos funcionários que realizam essas atividades operacionais, como o uso de roçadeiras, motosserras e motopodas, ações importantes para a preservação da A.R.I.E.

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A fim de realizar atividades rotineiras, operacionais e de manutenção dentro da A.R.I.E. Mata de Santa Genebra, realizadas pelos colaboradores da FJPO.

3.2. Será necessária a aquisição de diversos equipamentos de proteção individual (EPIs) a fim de garantir a proteção dos funcionários e colaboradores conforme a legislação vigente.

3.3. Também será necessário garantir a presença de uma mão de obra capacitada para realizar essas atividades. Atualmente, há disponibilidade de colaboradores para a execução de tais atividades.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. A contratação não gera impactos ambientais, e sim visa a conservação da ARIE Mata de Santa Genebra, com a manutenção de área inseridas na unidade de conservação.

Perfil da empresa a ser contratada:

4.2. A CONTRATADA deverá seguir lista de itens descritos neste Termo de Referência, disponibilizada pela CONTRATANTE;

4.3. A CONTRATADA deverá transportar os materiais adequadamente, mantendo a sua integridade física e suas características;

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Não se aplica.

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

Da exigência de amostra

Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

Não se aplica.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.6. O contrato terá duração de três (3) meses a partir de sua assinatura.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. O prazo de entrega dos equipamentos será de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.2. Caso não seja possível entregar os materiais no prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os materiais (EPIs) deverão ser entregues, após agendamento, no endereço: **Rua Mata Atlântica, nº 447, Bosque de Barão, Campinas–SP, CEP: 13082-755, horário comercial das 9h às 16h de segunda a sexta-feira.**

5.4. Caso os materiais (EPIs) não apresentem as características descritas nos Termo de Referência a CONTRATANTE poderá recusar o recebimento dos mesmos.

Garantia e manutenção

5.5. A empresa fornecedora deverá comunicar à FJPO, por escrito e tão logo constatado problema e impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências a cabíveis.

5.6. A empresa fornecedora deverá entregar o objeto sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas.

5.7. A empresa fornecedora deverá indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

Descrição do objeto a ser entregue

5.8. As quantidades e características dos materiais (EPIs) solicitados encontram-se descritas abaixo:

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

		LOTE 1	
ITEM	**CÓDIGO**	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**
1	618293	Óculos Óculos de segurança confeccionado em lente de policarbonato Anti-embaçante; Incolor; Proteção contra raios UVA e UVB; Curvatura 75mm; Borracha macia para apoio do nariz; Com CA.	30 unidades

LOTE 2			
ITEM	**CÓDIGO**	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**
1	445985	Macacão de PVC do tipo "jardineira", resistente, 100% impermeável e destinado à trabalho dentro d'água. Espessura mínima: 0,45mm; com bota incorporada e suspensório com ajuste de tamanho e engate rápido; com ajuste com cordão no peito, bolso interno no peito. Tamanho: 40.	02 unidades
2	445985	Macacão de PVC do tipo "jardineira", resistente, 100% impermeável e destinado à trabalho dentro d'água. Espessura mínima: 0,45mm; com bota incorporada e suspensório com ajuste de tamanho e engate rápido; com ajuste com cordão no peito, bolso interno no peito. Tamanho: 41.	02 unidades
3	445985	Macacão de PVC do tipo "jardineira", resistente, 100% impermeável e destinado à trabalho dentro d'água. Espessura mínima: 0,45mm; com bota incorporada e suspensório com ajuste de tamanho e engate rápido; com ajuste com cordão no peito, bolso interno no peito. Tamanho: 42.	02 unidades

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

LOTE 2			
ITEM	**CÓDIGO**	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**
4	445985	Macacão de PVC do tipo "jardineira", resistente, 100% impermeável e destinado à trabalho dentro d'água. Espessura mínima: 0,45mm; com bota incorporada e suspensório com ajuste de tamanho e engate rápido; com ajuste com cordão no peito, bolso interno no peito. Tamanho: 43.	02 unidades
5	445985	Macacão de PVC do tipo "jardineira", resistente, 100% impermeável e destinado à trabalho dentro d'água. Espessura mínima: 0,45mm; com bota incorporada e suspensório com ajuste de tamanho e engate rápido; com ajuste com cordão no peito, bolso interno no peito. Tamanho: 44.	02 unidades

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

		LOTE 3	
ITEM	**CÓDIGO**	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**
1	618295	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; modelo: unissex; sem fechamento; cano longo, com medida aproximada de 34 cm; atendendo exigência de seguranca conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada. Tamanho: 35.	02 pares
2	618295	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; modelo: unissex; sem fechamento; cano longo, com medida aproximada de 34 cm; atendendo exigência de seguranca conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada. Tamanho: 36.	02 pares
3	618295	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; modelo: unissex; sem fechamento; cano longo, com medida aproximada de 34 cm; atendendo exigência de seguranca conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada. Tamanho: 37.	02 pares
4	618295	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; modelo: unissex; sem fechamento; cano longo, com medida aproximada de 34 cm; atendendo exigência de seguranca conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada. Tamanho: 39.	01 par

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

5	618295	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; modelo: unissex; sem fechamento; cano longo, com medida aproximada de 34 cm; atendendo exigência de seguranca conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada. Tamanho: 41.	01 par
6	618295	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; modelo: unissex; sem fechamento; cano longo, com medida aproximada de 34 cm; atendendo exigência de seguranca conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada.Tamanho: 42.	01 par
7	618295	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; modelo: unissex; sem fechamento; cano longo, com medida aproximada de 34 cm; atendendo exigência de seguranca conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada.Tamanho: 43.	02 pares
8	618295	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; modelo: unissex; sem fechamento; cano longo, com medida aproximada de 34 cm; atendendo exigência de seguranca conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada.Tamanho: 44.	02 pares
9	618295	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; modelo: unissex; sem fechamento; cano longo, com medida aproximada de 34 cm; atendendo exigência de seguranca conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada.Tamanho: 45.	02 pares

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

10	618295	Bota de segurança em PVC impermeável e com forro; cor: preto; modelo: unissex; sem fechamento; cano longo, com medida aproximada de 34 cm; atendendo exigência de seguranca conforme NBR 20345 e CA do Ministerio do Trabalho; acondicionada em embalagem plástica hermeticamente fechada.Tamanho: 46.	01 par

LOTE 4			
ITEM	**CÓDIGO**	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**
1	605160	Bota de segurança - sapatão - número 35, couro Relax, unissex, preta - Especificação Técnica: Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Tipo Relax Curtido Ao Cromo Vazado Na Cor Preto ; Cor Preta ; Modelo Unissex ; Fechamento Através de Elástico Na Parte Externa E interna do Cano ; Cano Curto ; Solado Em Poliuretano Bi densidade ; Solado Injetado Direto No Cabedal ; Palmilha de Montagem Em Fibra Não Tecido 2 Mm Espessura, Fixado No Cabedal Pelo Sistema Strobel ; Com Palmilha Higiênica ; Biqueira Em Composite ; Atendendo Exigência de Segurança Conforme Nbr Iso 20345 e Nbr Iso 20346	02 pares
2	605160	Bota de segurança - sapatão - número 36, couro Relax, unissex, preta - Especificação Técnica: Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Tipo Relax Curtido Ao Cromo Vazado Na Cor Preto ; Cor Preta ; Modelo Unissex ; Fechamento Através de Elástico Na Parte Externa E interna do Cano ; Cano Curto ; Solado Em Poliuretano Bi densidade ; Solado Injetado Direto No Cabedal ; Palmilha de Montagem Em Fibra Não Tecido 2 Mm Espessura, Fixado No Cabedal Pelo Sistema Strobel ; Com Palmilha Higiênica ; Biqueira Em Composite ;	02 pares

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

LOTE 4			
		Atendendo Exigência de Segurança Conforme Nbr Iso 20345 e Nbr Iso 20346	
3	605160	Bota de segurança - sapatão - número 37, couro Relax, unissex, preta - Especificação Técnica: Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Tipo Relax Curtido Ao Cromo Vazado Na Cor Preto ; Cor Preta ; Modelo Unissex ; Fechamento Através de Elástico Na Parte Externa E interna do Cano ; Cano Curto ; Solado Em Poliuretano Bi densidade ; Solado Injetado Direto No Cabedal ; Palmilha de Montagem Em Fibra Não Tecido 2 Mm Espessura, Fixado No Cabedal Pelo Sistema Strobel ; Com Palmilha Higiênica ; Biqueira Em Composite ; Atendendo Exigência de Segurança Conforme Nbr Iso 20345 e Nbr Iso 20346	02 pares
4	605160	Bota de segurança - sapatão - número 38, couro Relax, unissex, preta - Especificação Técnica: Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Tipo Relax Curtido Ao Cromo Vazado Na Cor Preto ; Cor Preta ; Modelo Unissex ; Fechamento Através de Elástico Na Parte Externa E interna do Cano ; Cano Curto ; Solado Em Poliuretano Bi densidade ; Solado Injetado Direto No Cabedal ; Palmilha de Montagem Em Fibra Não Tecido 2 Mm Espessura, Fixado No Cabedal Pelo Sistema Strobel ; Com Palmilha Higiênica ; Biqueira Em Composite ; Atendendo Exigência de Segurança Conforme Nbr Iso 20345 e Nbr Iso 20346	02 pares
5	605160	Bota de segurança - sapatão - número 39, couro Relax, unissex, preta - Especificação Técnica: Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Tipo Relax Curtido Ao Cromo Vazado Na Cor Preto ; Cor Preta ; Modelo Unissex ; Fechamento Através de Elástico Na Parte Externa E interna do Cano ; Cano Curto ; Solado Em Poliuretano Bi densidade ; Solado Injetado Direto No	01 par

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

LOTE 4			
		Cabedal ; Palmilha de Montagem Em Fibra Não Tecido 2 Mm Espessura, Fixado No Cabedal Pelo Sistema Strobel ; Com Palmilha Higiênica ; Biqueira Em Composite ; Atendendo Exigência de Segurança Conforme Nbr Iso 20345 e Nbr Iso 20346; Tamanho 40	
6	605160	Bota de segurança - sapatão - número 40, couro Relax, unissex, preta - Especificação Técnica: Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Tipo Relax Curtido Ao Cromo Vazado Na Cor Preto ; Cor Preta ; Modelo Unissex ; Fechamento Através de Elástico Na Parte Externa E interna do Cano ; Cano Curto ; Solado Em Poliuretano Bi densidade ; Solado Injetado Direto No Cabedal ; Palmilha de Montagem Em Fibra Não Tecido 2 Mm Espessura, Fixado No Cabedal Pelo Sistema Strobel ; Com Palmilha Higiênica ; Biqueira Em Composite ; Atendendo Exigência de Segurança Conforme Nbr Iso 20345 e Nbr Iso 20346;	01 par
7	605160	Bota de segurança - sapatão - número 42, couro Relax, unissex, preta - Especificação Técnica: Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Tipo Relax Curtido Ao Cromo Vazado Na Cor Preto ; Cor Preta ; Modelo Unissex ; Fechamento Através de Elástico Na Parte Externa E interna do Cano ; Cano Curto ; Solado Em Poliuretano Bi densidade ; Solado Injetado Direto No Cabedal ; Palmilha de Montagem Em Fibra Não Tecido 2 Mm Espessura, Fixado No Cabedal Pelo Sistema Strobel ; Com Palmilha Higiênica ; Biqueira Em Composite ; Atendendo Exigência de Segurança Conforme Nbr Iso 20345 e Nbr Iso 20346 ;	01 par
8	605160	Bota de segurança - sapatão - número 43, couro Relax, unissex, preta - Especificação Técnica: Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Tipo Relax Curtido Ao Cromo Vazado Na Cor Preto ; Cor Preta ; Modelo Unissex ; Fechamento Através de Elástico Na Parte Externa E interna do Cano ; Cano Curto ; Solado Em	1 par

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

LOTE 4			
		Poliuretano Bi densidade ; Solado Injetado Direto No Cabedal ; Palmilha de Montagem Em Fibra Não Tecido 2 Mm Espessura, Fixado No Cabedal Pelo Sistema Strobel ; Com Palmilha Higiênica ; Biqueira Em Composite ; Atendendo Exigência de Segurança Conforme Nbr Iso 20345 e Nbr Iso 20346	
9	605160	Bota de segurança - sapatão - número 44, couro Relax, unissex, preta - Especificação Técnica: Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Tipo Relax Curtido Ao Cromo Vazado Na Cor Preto ; Cor Preta ; Modelo Unissex ; Fechamento Através de Elástico Na Parte Externa E interna do Cano ; Cano Curto ; Solado Em Poliuretano Bi densidade ; Solado Injetado Direto No Cabedal ; Palmilha de Montagem Em Fibra Não Tecido 2 Mm Espessura, Fixado No Cabedal Pelo Sistema Strobel ; Com Palmilha Higiênica ; Biqueira Em Composite ; Atendendo Exigência de Segurança Conforme Nbr Iso 20345 e Nbr Iso 20346	02 pares
10	605160	Bota de segurança - sapatão - número 45, couro Relax, unissex, preta - Especificação Técnica: Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Tipo Relax Curtido Ao Cromo Vazado Na Cor Preto ; Cor Preta ; Modelo Unissex ; Fechamento Através de Elástico Na Parte Externa E interna do Cano ; Cano Curto ; Solado Em Poliuretano Bi densidade ; Solado Injetado Direto No Cabedal ; Palmilha de Montagem Em Fibra Não Tecido 2 Mm Espessura, Fixado No Cabedal Pelo Sistema Strobel ; Com Palmilha Higiênica ; Biqueira Em Composite ; Atendendo Exigência de Segurança Conforme Nbr Iso 20345 e Nbr Iso 20346	02 pares
11	605160	Bota de segurança - sapatão - número 46, couro Relax, unissex, preta - Especificação Técnica: Bota de Segurança; Com Cabedal Em Couro Tipo Relax Curtido Ao Cromo Vazado Na Cor Preto ; Cor Preta ; Modelo	01 par

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

LOTE 4			
		Unissex ; Fechamento Através de Elástico Na Parte Externa E interna do Cano ; Cano Curto ; Solado Em Poliuretano Bi densidade ; Solado Injetado Direto No Cabedal ; Palmilha de Montagem Em Fibra Não Tecido 2 Mm Espessura, Fixado No Cabedal Pelo Sistema Strobel ; Com Palmilha Higiênica ; Biqueira Em Composite ; Atendendo Exigência de Segurança Conforme Nbr Iso 20345 e Nbr Iso 20346	

		LOTE 5	
ITEM	**CÓDIGO**	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**
1	618292	Luva de pigmento de borracha, com CA válido, validade mínima de 1 ano, confeccionada em 3 fios de algodão e poliéster, tricotada, punho com elástico e pigmentos de PVC antiderrapantes na palma e na face palmar dos dedos, na cor branca ou preta	100 pares

		LOTE 6	
ITEM	**CÓDIGO**	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**
1	625429	Luva de segurança confeccionada em couro bovino tipo raspa, modelo petroleira, com reforço interno na palma e reforço externo entre os dedos polegar e indicador, elástico no dorso e acabamento em material têxtil na borda do punho, com Certificado de Aprovação (CA) válido. Validade mínima de 1 ano.	50 pares

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

		LOTE 7	
ITEM	**CÓDIGO**	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**
1	447115	Perneira de segurança confeccionada em material resistente, com fechamento em velcro, contendo 3 talas de proteção, destinada à proteção das pernas contra riscos mecânicos, com Certificado de Aprovação (CA) válido.	30 pares

5.9. Todos os EPIs deverão ter CA válido, ou em processo de validação de no mínimo 1 ano.

5.10. Todos os EPIs deverão ter validade mínima de 1 ano.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

6.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.

6.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.10. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.12. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.13. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

6.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O recebimento definitivo ocorrerá a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.2. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

7.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.6. O pagamento será efetuado conforme define o Decreto nº 23.019, de 31 de outubro de 2023, seguindo a tabela abaixo:

ANEXO ÚNICO

Tabela - Contagem dos dias para fixação do Vencimento

Data de Recebimento entre 1 e 10 do mês		Data de Recebimento entre 11 e 20 do mês		Data de Recebimento entre 21 e 31 do mês	
10 DFD	20 DFD	10 DFD	20 DFD	10 DFD	20 DFD
vencimento dia 20	vencimento dia 30	vencimento dia 30	vencimento dia 10	vencimento dia 10	vencimento dia 20
do mesmo mês de Recebimento		do mesmo mês de Recebimento	do mês subsequente ao Recebimento	do mês subsequente ao Recebimento	

* DFD = Dias Corridos Fora a Dezena

7.7. A Fundação José Pedro de Oliveira se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com os termos dessa contratação.

7.8. Após a prestação dos serviços ou mensalmente, a empresa deverá emitir Nota Fiscal/Fatura expressa em Reais.

7.9. Da Fatura / Nota Fiscal deve necessariamente constar:

a) Fundação José Pedro de Oliveira

Rua Mata Atlântica, nº 447, Bosque de Barão, Campinas–SP, CEP: 13082-755.

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

CNPJ: 52.350.980/0001-56

b) Indicação do material, quantidade, valores unitários e totais

c) Protocolo nº

d) Contrato nº

7.10. A Nota Fiscal não poderá ser negociada ou dada em garantia a terceiros.

7.11. A FJPO terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para aprovar ou rejeitar a Nota Fiscal/Fatura apresentada.

7.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplemento contratual.

7.13. Como liberalidade, a FJPO poderá efetuar crédito em conta corrente bancária da empresa CONTRATADA, desde que esta assuma eventuais custos decorrentes desse crédito.

7.14. Caso se aplique, será retido do pagamento à CONTRATADA, a alíquota do ISSQN da Prefeitura Municipal de Campinas correspondente à atividade da empresa, em atendimento à Lei Municipal nº 12.392/05 e alterações.

7.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade que melhor se adequar a compra do objeto.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 7.016,97 (sete mil e dezesseis reais e noventa e sete centavos).

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta das dotações orçamentárias seguintes: Material de consumo previsto no Plano de Contratação Anual 2026 e LOA de 2026, na Ação Gestão, Manejo e Conservação da ARIE Mata de Santa Genebra.

Unidade Orçamentária: 61401-Fundação José Pedro de Oliveira

Programa: Conservação e Restauração para a Sustentabilidade da ARIE Mata de Santa Genebra

Ação: Gestão, Manejo e Conservação da ARIE Mata de Santa Genebra – 18.541.3054.4343.0000

Elemento econômico: Material de Consumo - 339030

R. Mata Atlântica, 447 ● Bosque de Barão Geraldo ● Campinas – SP ● CEP13082-755 PABX: (19) 3749-7200 ● *Website: fjposantagenebra.sp.gov.br*